

A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NAS CLASSES/ESCOLAS HOSPITALARES

Autor; Tyara Carvalho de Oliveira

(Universidade Cândido Mendes- UCAM, tyaramestrado@gmail.com)

Resumo: O hospital é um ambiente bastante impessoal. Qualquer pessoa que se hospitaliza, tanto criança quanto adulto, sente-se como se tivesse perdido a identidade e passa a ser um número de leito ou a uma enfermidade. A ideia que, normalmente, se tem da criança hospitalizada e que a sua condição requer repouso, pois sua doença a impede de realizar atividades cotidianas de sua realidade social. Porém, apesar da problemática de saúde, a criança hospitalizada tem interesses, desejos e necessidades como qualquer criança saudável. Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica - 2001 esse atendimento chama-se: Classe Hospitalar. A importância do psicopedagogo hospitalar nesse contexto, e de grande valia, pois ele iria atuar junto com a equipe multidisciplinar em auxiliar a criança e/ou o adolescente hospitalizado a se adaptar a esse novo ambiente, provido de regras, valores e normas, na relação da, o outro com ela e ela consigo mesma, no resgate da autoestima, junto às famílias oferecendo esclarecimentos sobre a doença e acolhida e ao processo de aprendizagem desse aluno/paciente, e que , a psicopedagogia refere-se a um saber e a um saber fazer, as condições subjetivas e relacionais, reconhecendo que o saber é próprio do sujeito. Esse estudo trata-se de uma pesquisa classificada como uma revisão bibliográfica por realizar uma análise e síntese de informações disponibilizadas por pesquisas relevantes sobre o tema, e que foi fundamentada a partir da leitura e compreensão da literatura já existente presente em livros do acervo pessoal, artigos científicos publicados na mídia impressa e digital.

Palavras-chave: Classe Hospitalar. Psicopedagogia Hospitalar; Direito Educacional.

Introdução

A classe hospitalar não é um fato recente na história da educação. De acordo com autores da área, a sua origem remonta do início do século XX na França. No Brasil essa prática educacional iniciou-se em 1950, com a classe hospitalar no Hospital Jesus, localizado no Rio de Janeiro, porém há registros que em 1600, ainda no Brasil Colônia, havia atendimento escolar aos deficientes físicos na Santa Casa de Misericórdia em São Paulo. Essa modalidade de ensino só foi reconhecida em 1994 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) através da Política da Educação Especial, e, posteriormente normalizado entre os anos de 2001 e 2002 com os documentos, também do MEC, intitulados de: Diretrizes Especiais para Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2 de 11/09/2001) e Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: orientações e estratégias (BRASIL, 2002).

A relevância do psicopedagogo nesse espaço se deve ao fato de oferecer aos pacientes com doenças crônicas ou com um período longo de internação um acompanhamento centrado em uma

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

escuta psicopedagógica apurada e um olhar sistêmico, analisando e elencando fatores que são positivos ou negativos ao processo de ensino e aprendizagem.

Desenvolvimento

O início das Classes hospitalares

A partir da segunda metade do século XX, observou-se em que países como Inglaterra, os Estados Unidos e o Canadá, os orfanatos, asilos e instituições para crianças violavam aspectos básicos do desenvolvimento emocional destas e podiam leva-las a condições psiquiátricas bastantes sérias acarretando sequelas na vida adulta.

Pesquisas publicadas sobre Classes Hospitalares nos indicam que as primeiras décadas do século XX a Europa via surgir em hospitais algumas atividades educativas que podem ser consideradas o início do que hoje conhecemos como Classe Hospitalar.

Na França de acordo com Paula (2011) a primeira classe hospitalar foi implementada em 1929 por Marie Luoise Imbert. Porém, segundo Vasconcelos (2005) a classe hospitalar teve seu início também na França, mas em 1935. Nesse momento esse texto não irá discutir em que ano verdadeiramente foi criada a primeira classe hospitalar. Esses dados foram inseridos nesse estudo a título de informação.

Henri Sellier inaugura a sua primeira escola para crianças inadaptadas em 1935 nos arredores de Paris. Seu exemplo foi seguido por outros países europeus, como a Alemanha, em toda a França e inclusive adotados nos Estados Unidos para o atendimento de crianças com tuberculose.

O Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptada (CNEFEI) de Suresnes, cidade periférica de Paris, foi criado em 1939 com o objetivo de formar professores para o trabalho em institutos especiais e em hospitais. Nesse mesmo ano é criado o cargo de professor hospitalar junto ao Ministério da Educação na França. Esse Centro funciona até hoje A formação de professores para as classes hospitalares no CNEFEI tem duração de dois anos. O Centro tem como missão até hoje mostrar que a escola não é hermeticamente fechada. O CNEFEI promove estágios, em regime de internato dirigido a professores e diretores de escolas; os médicos de saúde escolar e a assistentes sociais. Desde 1939, o CNEFEI já formou mais de mil

professores. Isso faz com que todos os hospitais públicos na França tenham em seu quadro docente quatro professores: dois de ensino fundamental e dois do ensino médio. Eles trabalham em turnos diferentes de segunda a sexta.

O início das classes hospitalares no Brasil

O atendimento educacional criado em 1600 na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo, segundo Caiado (2003), era destinado ao atendimento escolar de deficientes físicos.

A classe hospitalar do Hospital Municipal Jesus, localizado na cidade do Rio de Janeiro, iniciou suas atividades no dia 14 de agosto de 1950, através da portaria nº 634, atendendo aos pedidos do Diretor do Hospital na época, David Pillar. Nesse ano o hospital possuía em torno de 200 leitos e uma média de 80 crianças internadas. A primeira professora dessa classe hospitalar foi Lecy Rittmeyer. As aulas eram dadas individualmente, nas enfermarias. Procurava-se saber da criança o que ela estava aprendendo ou o que já sabia e preparava a aula de modo a dar continuidade ao seu aprendizado. Ainda não se tinha no hospital instalações apropriadas para esse tipo de atendimento.

A Classe Hospitalar como Direito

Esse direito foi reconhecido pela Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados (Resolução número 41, de 13 de outubro de 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente) em função da preocupação da Sociedade Brasileira de Pediatria em mapear o conjunto de necessidades de atenção à criança ou adolescente que precisam de cuidados de saúde em ambientes de internação hospitalar.

O Ministério da Educação e do Desporto formula a Política Nacional da Educação Especial (MEC/SEESP, 1994,1995), propondo que a educação em hospital se faça através da organização de classes hospitalares, devendo-se assegurar oferta educacional não só às crianças com transtornos do desenvolvimento, mas também, às crianças e adolescentes em situação de risco ao desenvolvimento, como é o caso da internação hospitalar, uma vez que a hospitalização determina restrições às relações de convivência, às oportunidades sócias interativas escolares (relação com colegas e relações de aprendizagens mediadas por professor) e à exportação intelectual dos ambientes de

vida social De acordo com a Constituição Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Saúde e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, o atendimento à saúde deve ser integral (promoção, prevenção, recuperação, etc.) e a educação escolar deve ser de acordo às necessidades especiais dos educandos (Oliveira, 2004).

Buscando adequar-se ao que prevê a legislação em vigor o MEC através da Secretaria de Educação Especial procedeu à revisão em sua documentação no que tange as estratégias e orientações para o trabalho pedagógico para as pessoas com necessidades especiais (Fonseca, 2003). A partir dessa revisão, a área de atendimento pedagógico hospitalar e o atendimento domiciliar passaram a dispor de uma publicação que regulamenta essas modalidades de atendimento que se denomina: Classe Hospitalar e Atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações (MEC/SEESP/2002). Esse documento visa a estruturar e promover a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e domiciliares de forma a assegurar o acesso à educação básica e à atenção às necessidades educacionais especiais.

Levantamento das Classes Hospitalares no Brasil

Segundo Fonseca (2011 p.81) o primeiro mapeamento sobre as classes hospitalares no Brasil foi realizado no período entre julho de 1997 a fevereiro de 1998. Apenas quatro Estados Brasileiros não se obteve qualquer informação para esse atendimento. Esse levantamento, segundo a autora, é realizado por meio de parcerias firmadas de colaboradores (profissionais que atuam diretamente nas Classes Hospitalares e no atendimento pedagógico domiciliar) pelos laços de confiança, respeito e solidariedade ao direito à escolaridade da criança e/ou adolescente internados. Essa coleta, mapeamento e divulgação desses dados e documentos e feita por meio da página da internet www.escolahospitalar.uerj.br e depois registrada no informativo semestral sobre atendimento pedagógico hospitalar.

De acordo com a última atualização (de acordo com os parâmetros já citados anteriormente) realizada em maio de 2015, o Brasil conta 143 classes hospitalares distribuídas por dezenove Estados e no Distrito Federal conforme a listagem apresentada: Estados Brasileiros que segundo esse levantamento, não há informação sobre a existência de hospitais com classe hospitalar para as crianças e/ou adolescentes internados: Amazonas, Rondônia, Amapá, Piauí, Paraíba, e Alagoas.

A partir do exposto, enfatiza-se que o atendimento pedagógico – educacional hospitalar contribui para o reingresso da criança hospitalizada para sua escola de origem ou para o seu encaminhamento a matrícula após a alta, uma vez que muitas delas, mesmo em idade escolar, não frequentam a escola.

Ortiz (2005) lista procedimentos para viabilizar, através das classes hospitalares, a qualidade social que se almeja para a educação. São eles: diagnóstico da situação educacional no interior do hospital (caracterização da demanda em termos da heterogeneidade dos grupos, nível de escolaridade dos alunos, seriação, aprendizagem); estruturação administrativo-pedagógica indispensável à condição do processo educativo; sistematização de uma proposta curricular específica com habilidades e conteúdos que garantam o preparo do paciente/aluno para o ingresso/retorno à vida escolar; organização de procedimentos didáticos dinâmicos que tornem o ato de aprender um ato de prazer; e a promoção da necessidade do ingresso/reingresso à escola.

O autor mencionado acima reconhece o espaço hospitalar escolar como espaço interdisciplinar que se organiza a partir da avaliação das possibilidades do seu próprio espaço enquanto espaço de vinculação entre saúde e educação. Para isso organiza e atualiza um arquivo com dados sobre legislação educacional, situação do aluno, relatórios sobre o acompanhamento da aprendizagem do aluno, registro de óbitos... e outros relevantes para as atividades da classe hospitalar.

Estabelece, ainda, critérios para acompanhamento e avaliação do trabalho a ser realizado assim como critérios de promoção de atividades de estágio em parceria com agências oficiais de ensino.

Em termos da estruturação do currículo, cabe destacar que este pode ser organizado em “oficinas pedagógicas”, estabelecendo prioridades a partir da ampliação do espaço educativo e do oferecimento de situações lúdicas dentro e fora da enfermaria.

No que diz respeito às especificidades das classes hospitalares, Barros (1999) chama a atenção para a “rotatividade permanente” que lhe é peculiar. Esta é acrescida de outras como:

- O ambiente em si não parece ser suficientemente motivador para a aprendizagem;

- A “turma” é sempre um grupo aberto onde entram e saem pacientes. O número de alunos é sempre flutuante;
- A “turma” é marcada pela heterogeneidade em todos os aspectos: idade, seriação escolar, aproveitamento...
- O trabalho caracteriza-se pela diversificação das atividades dado o seu caráter individualizado e individualizante;
- A classe hospitalar não pode ser vista como sala de aula. A prioridade será sempre a saúde;
- O estresse da hospitalização aliado à ansiedade e afastamento do lar são fatores intervenientes da aprendizagem;
- O currículo precisa ser flexibilizado para poder atender às especificidades do atendimento;

A Psicopedagogia: conceito e história.

A Psicopedagogia é uma área que estuda e lida com o processo de aprendizagem e com os problemas dele decorrentes, recorrendo aos conhecimentos de várias ciências, sem perder de vista o fato educativo, nas suas articulações sociais mais amplas

Para Fagali e Vale (2009), a Psicopedagogia pensa a sua prática, tanto clínica quanto institucional, num enfoque transdisciplinar, sendo necessário aprofundar e analisar os princípios que regem o processo de aprender. Princípios esses que estão presentes na existência do homem, na sua constituição, na sua modalidade de aprender e/ou ensinar, em suas diferenças e singularidades.

Quanto ao conceito de Psicopedagogia defini-lo não é uma tarefa simples, pois diferentes autores trazem suas contribuições, conforme os referenciais teóricos em que sustentam suas práticas. A conceituação no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, explicita o seguinte: “aplicação da Psicologia experimental a Pedagogia” (FERREIRA, 2000, p.625). Porém, essa definição parece não refletir a especificidade do conceito de Psicopedagogia. Na

busca de autores para definir o termo Psicopedagogia, o conceito de Rubinstein traz contribuições:

A Psicopedagogia tem por objetivo compreender, estudar e pesquisar a aprendizagem nos aspectos relacionados com o desenvolvimento e ou problemas de aprendizagem. A aprendizagem é entendida aqui como decorrente de uma construção, de um processo, o qual implica em questionamentos, hipóteses, reformulações, enfim, implica um dinamismo. A Psicopedagogia tem como meta compreender a complexidade dos múltiplos fatores envolvidos neste processo (RUBINSTEIN, 1996, p. 127).

Diante disso, a psicopedagogia se torna um campo com conhecimentos amplos, que tem como objeto de estudo o processo de aprendizagem, seus padrões evolutivos normais e patológicos, bem como a influência do meio (família, escola, sociedade).

A Psicopedagogia utiliza na prática recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios. E apresenta duas fortes tendências de ação, sendo a de caráter preventivo e clínico. A atuação clínica caracteriza-se por ter como objetivo reintegrar o sujeito com problemas de aprendizagem ao processo. Esta ação tem se desenvolvido em consultórios, possuindo uma conotação mais individualizada. Já a atuação preventiva tem a meta de refletir e discutir os projetos pedagógico-educacionais, os processos didático-metodológicos e a dinâmica institucional, melhorando de maneira qualitativa os procedimentos em sala de aula, as avaliações, os planejamentos e oferecendo assessoramento aos professores, pedagogos, orientadores. (FAGALI; VALE, 2009, p. 9-10).

Neste sentido, utilizando-se das ideias de Escott (2001) a Psicopedagogia, historicamente, foi reconhecida por sua intervenção clínica em relação às dificuldades de aprendizagem nos consultórios psicopedagógicos. Mas, atualmente verifica-se um grande crescimento da ação psicopedagógica nas escolas, principalmente em uma perspectiva preventiva e institucional, pois a ação e intervenção psicopedagógica teriam como foco a prevenção das dificuldades de aprendizagem. Assim, a Psicopedagogia Institucional visa problematizar as possibilidades de aprendizagem existentes em todos os espaços sociais nos quais acontecem processos de ensinar e aprender.

A história da psicopedagogia tem início na Europa, em 1946, onde foram fundados os primeiros centros psicopedagógicos por J. Boutonier e

George Mauco, com direção médica e pedagógica. Unindo conhecimentos da área de Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, esses centros tentavam readaptar crianças com comportamentos socialmente inadequados na escola ou no lar e atender crianças com dificuldades de aprendizagem apesar de serem inteligentes (BOSSA, 2000, p. 39).

A história da psicopedagogia no Brasil tem um caminho percorrido pela Associação Brasileira de Psicopedagogia e foi marcado por pontos polêmicos, entre eles, alguns questionamentos sobre o verdadeiro papel desta ciência, ou seja, a consistência, fortalecimento e autonomia da Psicopedagogia. De 1995 a 1996, foram elaborados vários documentos explicitando seu campo de atuação, sua área científica, sua contribuição e seus critérios de formação acadêmica.

A profissão do psicopedagogo não está regulamentada, mas o projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, na Câmara dos Deputados Federais, para ser aprovada.

Psicopedagogia Hospitalar e atuação do Psicopedagogo Hospitalar

A Psicopedagogia Hospitalar surge como um braço da Psicopedagogia que se organiza a partir de várias áreas de Educação e Saúde.

A Psicopedagogia Hospitalar ainda é muito principiante e quase desconhecida no Brasil. São poucos os hospitais que possuem em suas equipes o profissional da psicopedagogia.

A Psicopedagogia Hospitalar diz respeito às reflexões e práticas que levam em consideração os padrões normais e patológicos, tendo em vista a influência do meio – família, escola e sociedade – o desenvolvimento psico-sócio-educacional e físico dos pacientes.

A proposta da Psicopedagogia Hospitalar é ser o interlocutor, não só de crianças, mas também de todos aqueles que passam por internações, sejam elas de curta, média ou longa duração, doenças crônicas e de pacientes terminais. Os psicopedagogos hospitalares, embasados na técnica e na prática, utilizam todo o seu conhecimento para criar um mundo onde as pessoas se preocupam umas com as outras.

Compete ao psicopedagogo hospitalar:

- Intervir nas instituições de saúde, integrando equipes multidisciplinares, colaborando com outros profissionais, orientando seu procedimento no trato com o paciente e sua família.
- Elaborar diagnósticos das condições de aprendizagem das pessoas internadas.
- Adaptar os recursos psicopedagógicos para o contexto da saúde, utilizando recursos psicopedagógicos para elaborar programas terapêuticos de ensino/aprendizagem nas situações em que as pessoas estejam com as suas capacidades adaptativas diminuídas por razões de saúde.
- Elaborar e aplicar programas comunitários de prevenção de comportamentos de risco e de promoção de comportamentos saudáveis.
- Criar e desenvolver métodos e programas psicopedagógicos em contextos de reabilitação psicossocial, para pessoas em recuperação de doença.
- Elaborar relatórios de condições terapêuticas de ensino/aprendizagem e outras comunicações.
- Orientação ao paciente hospitalizado, com o objetivo de trabalhar não só os conhecimentos básicos, apesar da importância de se cuidar do não afastamento destes pacientes do mundo acadêmico. É importante, no entanto, focalizar o trabalho no desenvolvimento das competências de natureza psicossociais para que o paciente se habilite como agente ativo do seu próprio processo de tratamento, recuperação e promoção de sua saúde.
- Dar suporte à família, profissionais e acompanhantes do paciente envolvido.
- Compreender como se dá a aprendizagem das crianças internadas e assim contribuir com mais dados aos educadores, para que possam realizar um planejamento de trabalho mais condizente com a demanda existente.
- Auxiliar o professor/educador a refletir sobre seu papel em uma Classe Hospitalar e saber que sua atuação é diferente de um professor de classe regular. O psicopedagogo irá oferecer recursos a estes profissionais para que possam lidar com as crianças hospitalizadas e descobrir as suas potencialidades para utilizar como

ponto de partida para o seu trabalho e contribuir para a sua melhora.

A Psicopedagogia, em qualquer âmbito em que seja aplicada, trabalha as questões ligadas, principalmente, à ansiedade, baixa autoestima e depressões; minimiza os prejuízos de ordem cognitiva no processo de aprendizagem, facilita a relação saudável do indivíduo com o meio e o prepara para aprender inclusive questões ligadas à sua maneira de ser, limites e potencialidades. Como especificamente, a enfermidade tende a afetar as interações do paciente com o ambiente físico e social em que vive e, por sua vez, os aspectos do ambiente são alterados como consequência da enfermidade, a capacidade de conhecer sua nova situação e gerenciá-la de modo otimista, produtiva e saudável pode fazer toda diferença na realização futura dessa pessoa, especialmente aquela que é hospitalizada por longos períodos.

Ao se atender o paciente hospitalizado com a intervenção psicopedagógica, cria-se um mecanismo protetor para neutralizar as adversidades inerentes à condição de enfermidade e hospitalização. Uma eficiente intervenção psicopedagógica facilita o desencadeamento do processo de resiliência, que consiste na habilidade de superar o efeito das adversidades e do estresse no curso do desenvolvimento.

A Psicopedagogia é fundamental ao paciente hospitalizado para manter os laços com os conhecimentos básicos e desenvolver as competências de natureza psicossocial. A escola e a aquisição de novos conhecimentos são, para a criança, meios de ser inserida e reconhecida no meio social, necessários para sua avaliação como pessoa.

Havendo uma internação, parte desse processo tende a ser bruscamente interrompido e, por vezes, por longos períodos, alterando sua autoimagem e autoestima e as suas possibilidades de voltar a se inserir no mundo escolar. Além disso, a doença, quando não compreendida pelo paciente causa duplo sofrimento, pela doença em si e pelo afastamento de seu meio de convívio e desenvolvimento educacionais, sociais e profissionais, visando uma melhor qualidade de vida ao grupo.

Conclusão

E preciso demonstrar aos demais profissionais, e também reforçar aos psicopedagogos, que a Psicopedagogia deve está presente em todos os momentos em que ocorra aprendizagem desde planejamento, formação, estudos e discussão de casos

com professores e por fim, intervindo em possíveis dificuldades de aprendizagem. O Psicopedagogo poderá contribuir com o seu conhecimento de todo processo de aprendizagem para a atuação em um Classe/Escola e , assim aprimorar esse tipo de atendimento pedagógico tão importante para as crianças e adolescentes internados.

Referências Bibliográficas:

BARROS, Alessandra. Notas Sócio Históricas e Antropológicas sobre a escolarização em Hospitais. In. SCHILKE, Ana Lúcia, NUNES, Lauane Baroncelli, AROSA, Armando C.(Orgs). Atendimento Escolar Hospitalar: saberes e fazeres. Ed Intertexto, Niterói, 2011. P.19-29

BOSSA, Nádía A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Rio de Janeiro. WAK Editora. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. Brasília, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SEESP. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, MEC/SEESP, 2001.

CAIADO, Kátia R.M. O trabalho pedagógico no ambiente hospitalar: um espaço em construção. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Orgs) Educação Especial: do querer ao fazer.. Ed.. Avercamp, São Paulo 2003. p. 71-78.

ESCOTT, Clarice Monteiro; ARGENTI, Patrícia (Org.). A formação em Psicopedagogia nas abordagens clínica e institucional: uma construção teórico-prática. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2001.

FAGALI, Eloísa Quadros; VALE, Zélia Del Rio do. Psicopedagogia Institucional Aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

FONSECA, Eneida Simões da. Atendimento Escolar no Ambiente Hospitalar. Memnon. São Paulo, 2003.

FONSECA, Eneida Simões da. O Brasil e suas escolas hospitalares e domiciliares. In. SCHILKE, Ana Lúcia, NUNES, Lauane Baroncelli, AROSA, Armando C.(Orgs). Atendimento Escolar Hospitalar: saberes e fazeres. Ed Intertexto, Niterói, 2011. P. 81-90

GASPARIAN, M. C. C. Psicopedagogia institucional sistêmica: contribuições do modelo relacional. São Paulo: Lemos, 1997.

OLIVEIRA, Tyara Carvalho. As Classes Hospitalares na perspectiva da educação inclusiva: (des) caminhos da Formação de professores. Trabalho de conclusão de curso (graduação) FEBF/UERJ, 2004.

ORTIZ, Leodi Conceição Meireles. Construindo classe hospitalar: relato de uma pratica educativa em clinica pediátrica. Revista reflexão e Ação, v.8, n.1,p.93-100, jan/jun.2000.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. A Pedagogia de Projetos nas Escolas dos Hospitais: Estratégia coletiva de construção de conhecimentos. In. SCHILKE, Ana Lúcia, NUNES, Lauane Baroncelli, AROSA, Armando C.(Orgs). Atendimento Escolar Hospitalar: saberes e fazeres. Ed Intertexto, Niterói, 2011.p.57-65.

PORTO, Olívia. Psicopedagogia Hospitalar: intermediando a humanização na saúde. Rio de Janeiro. WAK Editora. 2008.

PORTO, Olívia. Psicopedagogia Institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico.. Rio de Janeiro: WAK Editora 2007.

RUBISTEIN, E. A especificidade do diagnóstico psicopedagógico. In: SISTO, F. et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VASCONCELOS, Sandra. Classe Hospitalar no mundo: um desafio à infância em sofrimento. In Anais Eletrônicos da 57º reunião anual da SBPC. Fortaleza. 2005 ,